

Izabela Aguiar Carvalho

Psicologia no Terceiro Setor: um estudo sobre o contexto de atuação e o trabalho de psicólogas em ONGs de Uberlândia

**Uberlândia
2023**

Izabela Aguiar Carvalho

Psicologia no Terceiro Setor: um estudo sobre o contexto de atuação e o trabalho de psicólogas em ONGs de Uberlândia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Psicologia da Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito parcial à
obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.
Orientadora: Dra. Maristela de Souza Pereira

**Uberlândia
2023**

Izabela Aguiar Carvalho

Psicologia no Terceiro Setor: um estudo sobre o contexto de atuação e o trabalho de psicólogas em ONGs de Uberlândia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Dra. Maristela de Souza Pereira

Banca examinadora
Uberlândia, 21 de junho de 2023

Profa. Dra. Maristela de Souza Pereira
Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Dra. Eliane Regina Pereira
Universidade Federal de Uberlândia

Ms. Aline Amaral Sicari
Sistema Único de Assistência Social

Uberlândia
2023

Resumo

Um olhar mais aprofundado a respeito da atuação da Psicologia no Terceiro Setor envolve não só o resgate das discussões já tecidas sobre o desenvolvimento da profissão ao longo dos anos – as funções e o compromisso social do psicólogo – mas também investigações sobre este campo de atuação específico: as Organizações Não-Governamentais (ONGs). É entendendo a importância de conhecer, (re)avaliar, difundir e pensar em intervenções que sejam, de fato, efetivas e comprometidas com a transformação social, que este trabalho se propõe a conhecer o trabalho realizado por psicólogas que atuam em ONGS de Uberlândia. Para isso, foram conduzidas entrevistas com cinco psicólogas que exercem atividades em organizações não governamentais do município de Uberlândia. A atuação da Psicologia neste contexto envolve desafios significativos, que demandam uma reflexão aprofundada. Entre estes, destacam-se a necessidade de reafirmar o compromisso social da Psicologia, a distinção entre abordagens assistencialistas e aquelas que buscam promover a emancipação social, o reconhecimento (ou falta dele) por parte da equipe e a importância de estabelecer coerência entre as funções desempenhadas e os princípios que guiam sua prática. Além disso, há a urgência de promover mudanças significativas na sociedade. A partir das descobertas, é possível identificar as potencialidades na comunidade, rompendo com paradigmas elitistas e defendendo uma postura crítica e engajada, com vistas a um trabalho alinhado a esses princípios transformadores.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária, Terceiro Setor, Organizações Não-Governamentais

Agradecimentos

Não há outra maneira de iniciar, senão pelo sentimento de gratidão que me acompanhou em todo o percurso deste trabalho. Aos meus pais, Viviane Vieira Alves de Aguiar e Cristiano Brito Carvalho, obrigada por serem lembrete constante do lugar de onde eu vim, do propósito de tudo, e da minha capacidade. Vocês seguem acreditando e me impulsionando a conquistar tudo aquilo que sonhamos juntos. Ao meu irmão Felipe, obrigada por dividir mais que o espaço físico do apartamento que moramos, por dar sentido ao que chamamos de casa. Sou profundamente grata por todo o amor, incentivo e dedicação que me proporcionaram.

Gostaria de homenagear a memória da minha finada bisavó, Sônia de Deus Vieira, “vovó velha”. Seu legado de determinação continua a me guiar em cada etapa da minha vida, e esta não seria diferente.

Aos meus queridos Gabriella Aguiar Santana, João Cabral de Andrade, Isabela Marangoni, Isabella Martins e Tiago Oliveira Spironello, muito obrigada. A única caminhada possível é a que a gente dá conta, e eu só dei conta porque vocês estiveram trilhando-a junto comigo, cada um à sua forma, me encorajando e tendo confiança naquilo que faço, me fazendo sentir amada, grandiosa e especial, assim como vocês são para mim.

Às pessoas importantes que cruzaram meu caminho durante graduação, mas viraram companheiros de vida: Paula Beatriz Nunes, Matheus Dias, Tayná Colucci, Igor Altíeres, João Vitor Guimarães, Ana Elisa Freitas e Laura Alves. Deixo registrado aqui e na minha memória o apoio incondicional, conhecimento compartilhado e momentos de leveza que me proporcionaram durante todos esses anos.

À Profa. Dra. Maristela de Souza Pereira e Profa. Dra. Eliane Regina Pereira, os agradecimentos não se restringem a este trabalho, embora o fato de terem me recebido como orientanda revele o lugar de importância que ocupam na minha trajetória acadêmica, e agora, profissional.

Sumário

Introdução.....	1
Referencial Teórico.....	5
<i>O surgimento da Psicologia Comunitária no Brasil e suas vinculações com a Psicologia Social Crítica.....</i>	<i>6</i>
<i>Em busca de ações transformadoras: Psicologia no Terceiro Setor, limites e potencialidades.....</i>	<i>10</i>
Metodologia.....	12
Resultados e Discussão.....	14
<i>Trajetória inicial no Terceiro Setor.....</i>	<i>14</i>
<i>Formação e orientações para o fazer psicológico.....</i>	<i>15</i>
<i>Relação com os outros profissionais envolvidos.....</i>	<i>19</i>
<i>Demandas recorrentes no cotidiano de trabalho das psicólogas.....</i>	<i>20</i>
<i>Funções e atribuições dentro da instituição e perspectivas futuras.....</i>	<i>23</i>
<i>Limites e potencialidades do fazer profissional.....</i>	<i>26</i>
<i>Como a organização se relaciona com outras instituições do campo do bem-estar social.....</i>	<i>30</i>
Considerações Finais.....	34
Referências.....	35
Apêndices e Anexos.....	37

Introdução

Ao investigar a atuação da Psicologia no Terceiro Setor, é necessário aprofundar o entendimento acerca do desenvolvimento da profissão ao longo dos anos, incluindo as funções desempenhadas, o compromisso social que isto envolve, além das particularidades deste campo específico de atuação: as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Afinal, como e em qual contexto elas surgem? Em resposta a quê ou a quem? E, ainda, o que leva as psicólogas¹ a se engajarem nesse campo específico?

Para responder a essas perguntas, alguns aspectos parecem relevantes de serem destacados ao se pensar sobre o percurso histórico do campo identificado como Terceiro Setor, tais como: a onda de políticas neoliberais e a intervenção do Estado com a finalidade explícita de fomentar os interesses do mercado em detrimento dos interesses da sociedade, o aumento natural das demandas sociais que surgem nas camadas empobrecidas da população e, por último, a expansão dos serviços de psicólogas associados ao bem-estar social.

Isso porque a história nos conta que as áreas de atuação da Psicologia não foram empreendidas e desenvolvidas de maneiras homogêneas – quem dirá com os mesmos referenciais teóricos e pressupostos políticos. Não há como esquecer, mesmo anos depois, dos primeiros anos de profissão atravessados pelo elitismo. Sylvia Leser Mello, ainda na década de 1970, publicou uma crítica fundamental a respeito dos caminhos que a Psicologia tomava, defendendo, em contrapartida, um trabalho coerente, propondo-se a ir além do que era considerada uma atividade de luxo. Sílvio Paulo Botomé, um outro autor bastante discutido na época, levantou os dados de que apenas 15% da população brasileira tinha acesso aos serviços de psicologia (Freitas, 2012). Aos poucos essas ideias davam contorno à necessidade de pensar a "função social do psicólogo".

Em meados dos anos 1990, foi possível perceber atuações da Psicologia cada vez menos tradicionais, aplicadas em segmentos e instituições da sociedade que antes não eram sequer mencionados, quanto menos contemplados. A diminuição do aparato estatal, expressa na liberalização comercial, desregulamentação e privatizações – tudo isso baseado na ideia de que a intervenção do Estado prejudica a economia – fez com que as Organizações não

¹ O termo "psicólogas" foi utilizado neste trabalho para se referir a todos os profissionais que atuam na área (homens e mulheres), levando em consideração a importância de uma linguagem inclusiva e sensível ao marcador de gênero. É relevante mencionar que a profissão tem sido exercida majoritariamente por pessoas que se identificam como mulheres, conforme evidenciado nesta pesquisa, o que destaca a representatividade feminina nesse contexto. A escolha por esta nomenclatura busca reconhecer e valorizar a presença significativa delas neste campo.

Governamentais surgissem como uma possibilidade de resgate aos direitos sociais manifestos na Constituição Federal de 1988, ora negados por esse projeto neoliberal (Fontana, 2021).

No que diz respeito às ONGs, que surgem no mesmo contexto, as psicólogas passaram a acompanhar e olhar para as demandas associadas à “saúde pública e coletiva, à violência cotidiana e doméstica, às formas de intolerância e preconceito para com as minorias sociais, às diferentes redes de relacionamento social e interpessoal.” (Freitas, 2012 p. 8). Antes disso, nos anos 1970, o termo “Terceiro Setor” já estava sendo difundido nos EUA para se referir a organizações sem fins lucrativos – em que os recursos obtidos são investidos apenas em si mesmas – e que visam à provisão de serviços sociais públicos de maneira autogovernada e estritamente por associação voluntária (Aveni, Carvalho, Doroteu e de Melo, 2018)

Segundo Gohn (2000), foi só a partir dos anos 1990 que houve um aumento expressivo da atuação dessas instituições no Brasil. No que diz respeito às ONGs, o que confere a uma instituição o caráter de pertencente ao Terceiro Setor é desempenhar atividades cujo contorno é predominantemente social, ou, em outras palavras, que atue no domínio de interesse público, do bem-comum.

Propondo uma conceituação fundamental, o Terceiro Setor pressupõe que haja um primeiro setor, definido pelo Estado, e o um segundo setor, que compreende o mercado – pessoas e empresas a quem são atribuídas funções de comercializar bens e serviços gerando lucro (Viana e Machado, 2011). Posto isso, recorrendo a parcerias com outros segmentos da sociedade, o Terceiro Setor se engaja em fomentar políticas de diminuição da pobreza e minimização dos efeitos da exclusão e desproteção social (Paiva e Yamamoto, 2010).

Como foi citado anteriormente, as reformas neoliberais defendidas sob a justificativa de uma ineficiência do Estado e da falta de recursos públicos culminam no surgimento do Terceiro Setor, que, segundo Oliveira (2018) vem para buscar cumprir demandas que o próprio sistema cria e não se mobiliza para suprir. Simboliza, também, uma nova possibilidade de atuação profissional para as psicólogas. Ainda que este seja um campo diverso e uma intervenção psicossocial possa tomar vários rumos, podemos definir, em linhas gerais, que o trabalho da psicóloga nesse setor envolve uma busca ativa pela melhoria da qualidade de vida, orientando-se por intervenções proativas, que antecipem os riscos a que pessoas em situação de vulnerabilidade estão submetidas. São ações ligadas ao desenvolvimento e emancipação das pessoas, grupos e comunidades (Yamamoto & Paiva, 2008).

É importante salientar que desempenhar um trabalho neste contexto volta e meia também exige um ajustamento das expectativas, principalmente no que tange aos recursos humanos, simbólicos e ambientais disponíveis (Oliveira, 2018). Essa postura realista nada se

aproxima a um comodismo ou conformismo social, e sim de uma busca ativa em conhecer, de maneira mais aprofundada, o seu contexto de atuação, e assim compor noções significativas do que tem sido feito e tem sido efetivo – ou não – neste cenário, numa posição de reavaliar olhares, posturas e soluções empreendidas pela Psicologia.

Pergunta-se então: a partir de quais fundamentos e valores as psicólogas estão se organizando e atuando em prol do bem-estar coletivo? O que é possível fazer com os recursos disponíveis? Estas perguntas não têm uma só resposta, mas nos permitem começar a apresentar o objetivo deste estudo e nomear um campo importante da Psicologia Social: a Psicologia Comunitária. Ele parte da perspectiva de que as razões do sofrimento não se encontram apenas na instância intrapsíquica, mas também nas dimensões ambientais, coletivas, ou, como o próprio nome diz, comunitárias (Gonçalves & Portugal, 2016). Torna-se pertinente, em função disso, ressaltar que as práticas neste contexto surgem apoiadas nas políticas de assistência social, que pressupõem que não existe proteção social sem uma aproximação com a vida cotidiana dos sujeitos, onde nascem os riscos e escancaram-se as vulnerabilidades (Brasil, 2005).

Como desdobramento, à profissional de psicologia que atua no tecido comunitário, cabe o empenho em reconhecer os efeitos da realidade material – questões socioeconômicas, políticas, acesso aos direitos básicos – na dimensão subjetiva dos indivíduos, a qual inclui construções afetivas, relações sociais, vínculos, emoções e desejos (Gonçalves & Portugal, 2016). A fim de reconhecer o diferencial da prática da psicóloga dos demais profissionais, incluímos o papel de “contribuir para que pessoas e grupos comunitários ampliem suas possibilidades de se construírem criativamente” (Ximenes, 2009 p. 697).

Com isso, as atuações a partir da Psicologia apoiam-se na compreensão de que o sujeito, frente a determinações sociais, não só reage, mas se constitui, e por isso, tem participação ativa na constituição da vida cotidiana, é um ator social (Montero, 2004 como citado em Ximenes 2009). Não há como deixar de mencionar o compromisso político de questionar discursos estigmatizantes, que, infelizmente, permearam as ações com a comunidade por muito tempo.

Isso porque, se tratando da Psicologia Comunitária, diferentes perspectivas podem amparar o trabalho de uma organização, e dessa forma temos trabalhos orientados por uma visão assistencialista e curativa coexistindo com trabalhos comunitários de caráter emancipatório, que incentivam o protagonismo popular (Freitas, 2012). Ao fazer essa distinção, é importante ressaltar que o assistencialismo fortalece os mecanismos de dominação existentes, um trabalho paliativo e temporário que se afasta de práticas que incentivam o envolvimento ativo das comunidades (Santos, Oliveira, Cavalcante e Costa, 2021).

Ações de caráter emancipatório, por outro lado, estariam ligadas ao empoderamento e apoio social, a fim de democratizar os recursos psicossociais, incentivando que o sujeito se aproxime da sua própria história e da comunidade, tome consciência do seu papel e da sua importância neste processo, e, à psicóloga, cabe a função de ser incentivadora e facilitadora destes processos (Yamamoto & Paiva, 2008).

Como o adoecimento não se dá de maneira compassiva, especialmente no contexto de vulnerabilidade social, atuar nesse contexto pressupõe investigação: uma análise da realidade e dos processos que desencadeiam os problemas de ordem psicossocial. A Psicologia Comunitária não existe a priori, é pensada e realizada dentro da particularidade que demanda cada grupo social. O trabalho no Terceiro Setor, situado a partir desse olhar da Psicologia Comunitária, assume, então, um caráter de prevenção – e toma como objetivo implementar projetos políticos que resultem em transformação social e melhora na qualidade de vida e no cotidiano das pessoas (Freitas, 2012).

A fim de justificar a escolha da temática, à Psicologia cabe contribuir com as discussões em termos de ciência e profissão, e assim, este trabalho caminha no sentido de fornecer subsídios aos pesquisadores e profissionais da área na confluência destes campos: Psicologia Comunitária, sua distinção e aproximações com o campo da Assistência Social e Terceiro Setor, trazendo dados a respeito de psicólogas inseridas em Organizações Não-Governamentais em Uberlândia/MG.

A minha pesquisa iniciou-se recentemente, com a proposta do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ora apresentado, mas meu interesse por essa temática surge quando começo a trabalhar como voluntária, em 2019, no ABC do Glória, instituição que atua e luta desde 2016 pelo acesso à cultura, esporte e lazer para crianças e adolescentes. As atividades da ONG são voltadas para as atividades com crianças e adolescentes – e por extensão à sua família – e tem sede no bairro Élisson Prieto (antigo assentamento do Glória) na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. O assentamento que deu origem ao atual bairro foi ocupado no ano de 2012 pelo Movimento Sem Teto do Brasil (MST), considerado o maior assentamento da América Latina. Posteriormente, tive a oportunidade de trabalhar na ONG Ação Moradia, onde acompanhei de perto o trabalho de duas psicólogas, uma com a função específica de psicóloga e ambas com o cargo de "gestoras de projetos sociais" na organização.

Vale ressaltar que, como estudante da área, sempre houve uma diferença significativa entre a minha compreensão acerca do trabalho que elas realizavam, considerando-o genuinamente como Psicologia, e como outras pessoas o percebiam, aproximando-o da caridade ou do assistencialismo. Sendo um território marcado pela vulnerabilidade social e por

uma atuação que deve envolver compromisso social, entendi a necessidade de reflexão sobre os conhecimentos amplamente difundidos como verdades, de buscar estudar sobre esse campo e pensar teoricamente as práticas que ali se desenvolvem, além de ocupar cada vez mais estes espaços. Não com a prepotência de querer “salvar o mundo”, mas de conhecer qual é de fato este contexto de atuação e o que ele exige, quais são suas particularidades, o que tem sido dito e estudado sobre outras comunidades, e, além disso, encontrar soluções emancipatórias que podiam me servir de inspiração.

Dessa forma, o presente estudo busca de conhecer e refletir acerca do trabalho que é realizado por psicólogas em ONGs de Uberlândia, com ênfase na importância desenvolver intervenções verdadeiramente efetivas e pautadas no compromisso social. Mais especificamente, busca-se compreender:

- a. quais são suas funções e atribuições dentro da Instituição e se há atividades que são específicas dessa profissional;
- b. quais são as demandas mais comuns que recebe, as intervenções que realiza e como compreende seu papel profissional nesse contexto;
- c. quais são os limites e potencialidades que reconhece em seu trabalho nesse contexto;
- d. como se deu sua inserção nesse campo (Terceiro Setor) e nessa instituição em particular;
- e. como se dá a relação com outros profissionais que atuam na instituição;
- f. como a instituição se relaciona com outras Organizações Não-Governamentais, instituições públicas, municipais, envolvidas no campo do bem-estar social;
- g. quais são suas aspirações e expectativas profissionais para o futuro;

O estudo busca dar evidência ao trabalho desempenhado nas instituições do Terceiro Setor e contribuir com o repertório de estudos e pesquisas, tendo em vista também a relevância da discussão sobre o compromisso social da Psicologia e a atuação específica na comunidade. Por meio dessa pesquisa, pretende-se incentivar que sejam feitas outras investigações e possibilitar um espaço para a ampliação das vivências das profissionais inseridos neste contexto.

Referencial Teórico

Esta sessão busca fornecer subsídios para a investigação em questão. Primeiramente, será feito um resgate do surgimento da Psicologia Comunitária no Brasil e suas vinculações com a

Psicologia Social Crítica. Em seguida, será abordada a atuação em comunidades e os diálogos entre a Psicologia Comunitária e as políticas de Assistência Social. Por fim, ao buscar conceituar o Terceiro Setor e discutir os limites e potencialidades da psicologia neste contexto, será feita uma reflexão sobre o papel das organizações não governamentais (ONGs) e de iniciativas sociais na promoção do desenvolvimento comunitário.

O surgimento da Psicologia Comunitária no Brasil e suas vinculações com a Psicologia Social Crítica

ONGS/OSCS², aparelhos de Acolhimento Institucional, Postos de Saúde, ocupações, favelas, fundações, associações de bairro, creches, unidades socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, movimentos populares, setores do sistema judiciário, educacional e de saúde...lugares bem diferentes, mas com algo em comum: permitem a prática e experiência de uma atuação que começou a dar contorno ao que chamamos hoje de **Psicologia Comunitária**.

Como se trata de um campo que utiliza o enquadre teórico da Psicologia Social, retomar sua história significa falar também do momento econômico-político do Brasil e da América Latina. Lane (2007) nos conta como o golpe de 64 fez com que a atuação da Psicologia fosse repensada – principalmente no contexto acadêmico – uma vez que, frente aos dispositivos de extrema opressão e violência, as psicólogas passaram a questionar seu papel enquanto profissionais e pautar sua atuação no compromisso com a população, refletindo sobre mecanismos de conscientização e organização popular. Concomitantemente, havia uma crise dentro da própria Psicologia, na qual as discussões sobre saúde mental já se orientavam para ações e intervenções preventivas – e não só psiquiátricas – junto à população que se encontrava desamparada pelo Estado.

Ampliando para o contexto da América Latina, além de Sílvia Lane, já citada como representante no Brasil, podemos mencionar Fernando González Rey (Cuba), Ignacio Martín-Baró (El Salvador), Gladys Montecinos (Peru), Maritza Montero e Maria Auxiliadora Banchs (Venezuela), relevantes na construção de uma Psicologia Social que estuda o sujeito tendo em

² A utilização do termo "ONG" (Organizações não-Governamentais) ao invés de "OSC" (Organização da Sociedade Civil) neste trabalho, tem como objetivo seguir uma convenção linguística amplamente difundida e compreendida no âmbito acadêmico e no discurso cotidiano. Embora entendidas como sinônimos, "OSC" é a nomenclatura mais atual e presente no Marco Regulatório do Terceiro Setor, enquanto "ONG" não está na legislação brasileira. Entretanto, ONG foi a palavra-chave utilizada na pesquisa do referencial teórico, uma vez que não foi encontrado nenhum trabalho quando feita uma busca utilizando "OSC". Essa escolha visa garantir uma melhor comunicação e compreensão deste trabalho tanto por parte dos leitores especializados quanto do público em geral, garantindo maior coerência com a literatura e com o discurso das profissionais que atuam nessas instituições, em especial as participantes deste estudo.

vista sua rede de interações sociais complexas – extrapolando apenas as instâncias interpessoais e grupais – a realidade socio-histórica, processos culturais e estruturas sociais de classes (Góis, 1993). As formulações teóricas de Silvia Lane nos orientam a pensar o compromisso social do psicólogo, e assim, reposicionar a teoria e prática do campo experimental para o do “trabalho coletivo, consciência crítica e atenção permanente e comprometida com as urgências e necessidades da população” (Bock, Ferreira, Gonçalves, & Furtado, 2007, p.47)

Dessa forma, ao adotar o materialismo histórico-dialético, uma nova concepção de sujeito e o compromisso de unir esforços em prol da integração de saberes própria da América Latina, surge em 1976 este novo projeto de Psicologia. Projeto este voltado para a realidade latino-americana como um todo, um sistema que aos poucos foi se distanciando de uma perspectiva experimental dominante nos Estados Unidos – e até aquele momento no Brasil também (Bock, Ferreira, Gonçalves, & Furtado, 2007).

É neste contexto geográfico, histórico e social que as psicólogas começam a transpor as discussões sobre Psicologia Social para o campo da saúde pública, da moradia, educação, trabalho. Os sistemas psicológicos instituídos passam a ser entendidos a partir da confluência entre o que envolve indivíduo e comunidade: "as forças sociais, políticas, culturais e filosóficas que moldam a vida do dia a dia" (De Souza, 1996, p. 07 como citado em Arendt, 1997).

Não por outro motivo, a Psicologia Comunitária Latino Americana, ao politizar a vida psicológica, se diferencia da norte-americana na medida em que contempla a história de países mais pobres, sobretudo as condições políticas e sociais decorrentes das ditaduras militares e a consequente mobilização dos partidos de esquerda. Ao se posicionar contra o utilitarismo liberal, ela surge como movimento contrário e de reação à esta colonização da Psicologia, em sua teoria e prática (Prado, 2002). Nasce, assim, uma abordagem teórica e metodológica, que se aprimora ao propor uma noção orientada para o bem comum, de que é no campo político – e unicamente por meio deste – que podemos assumir um compromisso com uma sociedade mais democrática.

Como já mencionado anteriormente, a **Psicologia Social** brasileira de cunho crítico valeu-se, para a enunciação inicial do seu esboço teórico, das discussões de Sílvia Lane, que apontavam para questões políticas emergindo na maior parte dos grupos sociais. Este cenário requeria a necessidade de um campo do saber que se insurgisse como resistência a tentativas de dominação política, econômica e ideológica atravessadas pelo militarismo. O que se observava, então, eram esforços para despertar, nas camadas populares, a tomada de consciência dos mecanismos de opressão, e assim propor iniciativas que buscassem transformação social junto a elas (*fazer-com*) (Campos, 2007).

Dessa forma, a **Psicologia Comunitária**, ganha contornos no interior de sua verdadeira base: esta Psicologia Social de cunho crítico, explicitada anteriormente, que responde às demandas sociais (Góis, 1993). O surgimento desta área remonta, por um lado, a críticas sobre uma abordagem experimentalista norte-americana anterior aos anos 70 (Arendt, 1997), e por outro, recorre a uma ação orientada pela “ética da solidariedade e de práticas cooperativas ou mesmo autogestionárias” (Campos, 2007, p.10), que buscam a emancipação dos sujeitos, tornando-os conscientes de seu papel ativo na própria história e protagonistas dos processos construção de consciência crítica sobre os problemas enfrentados.

Os modos de vida – expressos nos discursos e no cotidiano das pessoas – e a atividade psíquica pensada dentro desta tessitura histórico-política são o que orientam o estudo e atividade da Psicologia Comunitária. São lugares em que se encontram as vulnerabilidades, e, não por outro motivo, as **possibilidades**. Em consequência, para uma psicóloga social que está comprometida com a transformação social, a postura a ser buscada é a de “analista-facilitadora”, e isto significa refletir, dentro de uma equipe multidisciplinar e **junto** à comunidade, quais são suas demandas, e assim, definir prioridades de intervenção e executá-las, dentro do que é possível.

A atuação em comunidades: diálogos entre a Psicologia Comunitária e as políticas de Assistência Social

Concomitante ao desenvolvimento da Psicologia Comunitária, houveram transformações significativas no campo das políticas públicas brasileiras, que acabaram por abrir possibilidades de atuação da Psicologia dentro da esfera do bem-estar social (Yamamoto, 2007). Algumas pesquisas, ao fazer um apanhado histórico, buscam situar a inserção de psicólogas nas políticas de assistência social como consequência de uma série de lutas iniciadas pela classe operária em oposição ao capitalismo, em meados dos anos 1990.

Da Silva (2011) cita em sua dissertação as reformas políticas que passaram a ter em conta os direitos humanos e sociais, possibilitando assim mudanças no campo da Assistência Social no Brasil que, junto com a saúde e a previdência, formavam a base da seguridade social. Em 1993 a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) foi aprovada, ainda neste contexto de lutas por direito: a busca por uma política pública, acessível e gratuita para qualquer sujeito em uma condição de vulnerabilidade e desproteção social.

O SUAS, Sistema Único de Assistência Social, proposto em 2005, também é fruto de ações coletivas e da maneira com que as diretrizes e normas passaram, ainda que em tese, a

compor uma política de assistência coerente com as necessidades da população. Cordeiro e Sato (2017) fazem a distinção entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, níveis de atenção que orientam e dividem as ações e serviços do SUAS.

Enquanto a primeira atua antecipando situações de risco social e as evita através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a segunda oferece um serviço de proteção a sujeitos que já se encontram em situação de risco pessoal e social, exigindo maior flexibilidade e um acompanhamento individual. As ações de Proteção Social Básica são propostas pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), entidades e organizações de assistência social e as de Proteção Social Especial ficam sob a responsabilidade dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) ou pelos serviços por eles referenciados (Brasil, 2004; Cordeiro e Sato, 2017).

Os CRAS e os CREAS, que preveem o psicólogo como parte da equipe, abriram espaço para a Psicologia se institucionalizar no contexto comunitário e, consequentemente, ensejaram as discussões a respeito. Cordeiro e Sato (2017) citam Yamamoto (2007), para quem esses marcos romperam, ainda que na esfera discursiva, com os imediatismos, “clientelismos” e com o teor caritativo das políticas sociais.

Os anos 1990, inauguraram a época em que as práticas no campo do bem-estar social passaram a incluir, em maior escala, sujeitos que outrora não usufruíam destes cuidados. Da Silva (2011), traz dados a respeito de como nessa época as intervenções buscavam contemplar o que era característico das comunidades: organizações, instituições, movimentos sociais e populares, grupos diversos.

As discussões, também diversas, tratavam das questões de gênero, socioeconômicas, étnico raciais, da terceira-idade, de saúde, meio ambiente. O que era proposto, nesse sentido, era uma práxis orientada para os grupos: “dinâmica de grupo, grupos operativos, intervenção psicossociológica e análise institucional, aliadas às metodologias de pesquisa do tipo pesquisa participante, história de vida, estudo de caso com perspectiva histórica e outras.” (Da Silva, 2011, p.33)

Cordeiro e Sato (2017) fazem uma discussão importante sobre o (não) lugar do Estado em toda essa equação. Em sua pesquisa, as psicólogas participantes relataram que não são oferecidos meios para capacitação, nenhum curso, oficina ou palestra, nada que permita uma formação crítica continuada sobre as possibilidades de intervenção. Isso sem mencionar a falta das supervisões, de uma orientação profissional externa que estimule a reflexão sobre prática da equipe. Também foi mencionado que não há, ainda, espaços para a conversa com outros

profissionais ou estudiosos da área, limitando a transformação e o desenvolvimento das próprias atividades no ambiente de trabalho.

Janiake (2012), também identifica no seu estudo a desconexão que psicólogas atuantes na área sentem em relação à Política Nacional de Assistência Social. Por vezes não frequentam espaços de discussão a respeito da política, e falta o conhecimento mínimo sobre as relações entre poder público, conselhos e entidades socioassistenciais, bem com toda a legislação e regulamentação que envolvem a atuação profissional.

Cordeiro e Sato (2017) investigam os modos como psicólogas que atuam no SUAS vivenciam e percebem o processo de terceirização da área, e os resultados denunciam como a implementação do serviço – dentro de uma lógica neoliberal –, acabou por dar o tom aos discursos que pairam sobre a Assistência Social: fragilização dos vínculos e flexibilização de direitos trabalhistas, enxugamento da máquina pública e, como resultado, a privatização de serviços estatais.

Muitas vezes, ao abrigo de argumentos como falta de apoio legal e fiscal para abrir concursos públicos, a responsabilidade pela oferta de serviços para as camadas mais empobrecidas fica, à vista disso, a cargo da própria sociedade civil – das entidades privadas ou filantrópicas (Yamamoto, 2007). Falando, ainda, daquilo que envolve o trabalho no campo das políticas sociais, Cordeiro e Sato (2017) discutem como essa realidade que conta com a terceirização, alta rotatividade e baixos salários suscita a desvalorização da categoria profissional.

Em busca de ações transformadoras: Psicologia no Terceiro Setor, limites e potencialidades

Encontrar uma conceituação comum é tarefa arriscada quando nos referimos ao Terceiro Setor. Percebe-se que as pesquisas buscam defini-lo aprofundando-se em facetas diferentes, a depender do assunto discutido: algumas buscam situá-lo historicamente – falam dele como um setor que surge em resposta à criação de ONGs, para abarcá-las – e outras, para explicá-lo, focam no que é característico às instituições pertencentes a ele, o que há de particular, diferenciando-as dos outros tipos organizações. Fernandes (2008) aponta, primordialmente, para a falta de consenso: não há um termo mundial, ao passo que não há uma conceituação comum entre os vários termos que são utilizados.

A consequência disso é que a maioria das publicações encontradas buscou fazer uma conceitualização do “Terceiro Setor” e “Organizações Não-Governamentais”, mas não uma distinção fundamental entre os dois termos, que dão contorno ao contexto que nos propomos a

investigar neste trabalho. Em outras palavras, o Terceiro Setor é comumente definido como o *conjunto* de organizações que o compõe.

Os autores também põem em discussão o caráter heterogêneo das instituições pertencentes ao Terceiro Setor, que, em contrapartida, vão em busca de uma única coisa: a “transformação social” – isso significa que, mesmo atuando de maneiras tão diversas, todas estão em busca do mesmo objetivo? Da Silva (2011) também trata dessa falta de identidade que está presente nas críticas que lhe são direcionadas: essas organizações são de interesse público, mas se diferem quanto aos objetivos e inclinações particulares.

Paiva e Yamamoto (2008) consideram como fator importante a insuficiência de recursos e, conseqüentemente, a dificuldade que psicólogas enfrentam para dar continuidade às suas práticas. Os autores levantam duas questões elementares: pensar em uma Psicologia comprometida com o social, diante tantas limitações, é sonhar com o impossível? E, ainda: baseada nas práticas que vêm sendo realizadas, vale mesmo a pena insistir na inserção de psicólogas neste contexto? E em termos de formação e repertório teórico das profissionais que atuavam em instituições do Terceiro Setor na época: como se constituía a classe profissional neste campo de atuação? Mais especificamente: quais eram as noções que orientavam seus modos de intervenção?

Ao constatar um cenário de formação teórica limitada, Paiva e Yamamoto (2008) revelam que a maioria das profissionais pode ter tido pouco contato durante a graduação com o conhecimento necessário, e dessa forma inclinavam-se para o exercício da profissão centrado no indivíduo, vislumbrando a Psicologia Clínica como única abordagem possível.

Sobre isso, cabem certos questionamentos: conhecemos, de fato, as demandas da comunidade em que atuamos? O que os sujeitos – estes que são atendidos –, esperam de nós? As intervenções geralmente propostas dão conta deste contexto ou estamos apenas transpondo um modelo clínico em resposta a questões que são de ordem política e social? Deste modo, é refletido aqui como a Psicologia ensinada no ambiente acadêmico é produto da sua própria história: uma disciplina e profissão construída a serviço da elite dominante. Isso reflete na escassez de matérias que debatam essas questões durante a graduação, nas reduzidas produções científicas a respeito e, portanto, no baixo número de intervenções coerentes com essa demanda.

Fernandes (2008) encontra, a partir das entrevistas que realiza com psicólogas que trabalhavam em ONGs, que a emancipação social é um cuidado que as profissionais da Psicologia têm, mesmo que essa não seja uma preocupação das instituições, que operam, na maioria das vezes, dentro de lógicas assistencialistas. A autora ainda fala sobre como essas

concepções críticas entram em conflito com as dos demais profissionais que atuam na instituição, o que acaba restringindo as intervenções possíveis.

Concepções essas que, por vezes, reforçam lógicas de dominação, culminando em práticas que nada se aproximam de um verdadeiro projeto de sociedade, de uma organização social pensada dentro da lógica emancipatória – que alcance e dê conta da totalidade do movimento histórico (Paiva e Yamamoto, 2010). Mas, na prática, como propor um trabalho coerente? Santos, Oliveira, Cavalcante e Costa (2021), discutem a possibilidade de uma abordagem libertadora. Buscando superar a postura de um profissional que responde à todas as perguntas e resolve todos os problemas, a ênfase é dada a um fazer que empodere as pessoas, as faça sentirem-se respeitadas e reconhecidas como sujeitos de direitos.

Um aspecto destacado pelos autores Paiva e Yamamoto (2008) merece ser mencionado: várias profissionais almejam a transformação social, mas não sabem por onde começar, visto que não há formação continuada ou espaços de troca com outras profissionais que propiciem uma prática mais intencional, refletida e, por consequência, mais efetiva. Cordeiro e Sato (2017) também trazem dados semelhantes, falando a respeito da falta de conhecimento sobre políticas públicas, sobre a rede e o trabalho multidisciplinar, e, ainda, de uma postura ético-política bem definida.

Enquanto os outros estudos se concentraram nos desafios e nas condições materiais que impõem certas limitações para o exercício da profissão neste contexto, uma pesquisa encontrou, nas respostas, resultados positivos mais expressivos, em comparação com os negativos. Seus autores, Viana e Machado (2011), constataram que o ambiente de trabalho cria possibilidades de ampliação dos conhecimentos, atividades de transformação e criação, o que aparece aqui como algo positivo.

A pesquisa deles ainda fala da organização flexível das atividades laborais, em que a profissional se encontra, algumas vezes, livre para decidir sobre os projetos que quer participar. Inclusive, a diversa gama de tarefas que pode envolver sua participação permite uma atuação mais integral e dinâmica dentro da ONG. As participantes desse estudo ainda disseram da relação do emprego com a criação de vínculos, do reconhecimento social, da autonomia, e da possibilidade de transformação social e pessoal.

Metodologia

Foram conduzidas entrevistas com psicólogas que exercem suas atividades em organizações não governamentais (ONGs) do município de Uberlândia, todas contactadas por

meio de indicações. O estudo contou com a participação de cinco (5) profissionais, cada uma atuando em uma instituição diferente.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFU (Parecer Consubstanciado no Anexo A) e seguiu os preceitos dispostos na Resolução 510/2016. Os critérios de inclusão das participantes foram os seguintes: ser maior de 18 anos, graduada em Psicologia, estar trabalhando no momento da pesquisa em uma ONG localizada em Uberlândia, manifestar interesse e formalizar o aceite em participar da pesquisa. Como critérios de exclusão, não participaram do estudo profissionais de outras categorias profissionais ou que não tiveram disponibilidade para participar da entrevista.

A participação se deu por meio de entrevista individual, entendendo que é um dispositivo eficaz no alcance das informações sobre a experiência (Minayo, 2010). Quatro delas foram realizadas online por meio do Google Meet, e uma foi conduzida presencialmente nas dependências da instituição em que a psicóloga trabalha. O instrumento consistiu em um roteiro semiestruturado para as entrevistas (disponível no Apêndice A), que apresentava perguntas abertas e oferecia a possibilidade de inclusão de novas questões com base no tipo de informação fornecida pelo participante. Cada entrevista teve uma duração aproximada de 1 hora, sendo gravada e posteriormente transcrita. As gravações serão mantidas em local seguro por um período de 5 anos, sendo descartadas posteriormente.

Antes de iniciar a entrevista foi feito um contato prévio com as participantes que se voluntariaram para participar, para informar sobre a pesquisa e apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que se encontra no Apêndice B. Após o esclarecimento das dúvidas, assinatura do TCLE e obtenção da autorização para gravação, foi realizada a entrevista. Devemos considerar os riscos que envolvem a participação nessa pesquisa, que, na presente formulação, se limitam apenas à possibilidade, ainda que reduzida, de identificação das participantes. Para minimizar esse risco, foi garantida a não-identificação nominal no banco de dados e também posterior, no relatório de pesquisa, reafirmando a importância da confidencialidade durante e após a etapa de construção dos dados. Além disso, foi garantido o sigilo das informações obtidas, as quais compuseram apenas o relatório e eventuais publicações futuras, sendo tratadas de forma coletiva e não individualizando os respondentes.

Também foi reiterada a possibilidade de as entrevistadas interromperem sua participação em qualquer tempo, sem que haja dano ou prejuízos à pesquisa e a si mesmas, mencionando também que não haverá interferência da pesquisadora nos procedimentos habituais do local de trabalho da participante. Considerados os riscos e medidas minimizadoras,

os benefícios para as participantes da pesquisa envolveram dar visibilidade à temática da atuação de psicólogas no Terceiro Setor e contribuir com o repertório ainda limitado de análises da Psicologia sobre a atuação profissional nesse contexto. Acredita-se também que haverá benefícios para as participantes, no sentido de refletirem sobre as experiências relatadas no contexto da pesquisa, ampliando sua compreensão sobre essas, além de poderem acessar posteriormente os resultados da pesquisa, através de uma devolutiva a ser realizada pela pesquisadora.

As cinco entrevistas foram transcritas e, após a leitura do material e uma análise de conteúdo temática, foram descortinadas categorias analíticas que refletiam os temas mais recorrentes nas declarações das entrevistadas. Estes englobaram questões relacionadas à inserção e trajetória inicial neste campo de atuação, elementos da formação profissional e orientações que recebem/receberam para desenvolver o seu trabalho, relação com outros profissionais, suas funções e atribuições na instituição, demandas mais comuns e as intervenções que realizam, limites e potencialidades do fazer profissional, aspirações e expectativas sobre o futuro, além de como a organização se relaciona com outras instituições do campo do bem-estar social.

Resultados e Discussão

Trajetória inicial no Terceiro Setor

A começar pela inserção nas instituições em que estão atualmente, das cinco participantes entrevistadas, quatro delas iniciaram suas trajetórias nessas instituições através do voluntariado. Destas, uma continua atuando como voluntária até os dias atuais.

A minha trajetória profissional começou desde quando eu era mais novinha assim porque (...) estimulavam [a mãe e a avó] muito em mim o trabalho voluntário, não só o trabalho voluntário, mas de ficar...meio brava assim, com injustiças sociais, sabe? e aí, desde nova eu faço trabalhos voluntários, sociais, me incomodo com essas questões... (Gabriella) ³

Essa descoberta destaca o papel significativo do voluntariado como uma porta de entrada para a atuação profissional no Terceiro Setor, um fator-chave para a permanência e a

³ Os nomes mencionados neste documento são fictícios, com o propósito de preservar a identidade das participantes.

dedicação dessas profissionais no campo, principalmente se tratando da contribuição para a transformação social e o bem-estar das pessoas atendidas pelas ONGs. É interessante observar que, na maior parte dos casos, a inserção no Terceiro Setor ocorreu logo após a formação na graduação em Psicologia, revelando uma curiosidade e um interesse em explorar esse campo de atuação. Em corroboração, as autoras Cordeiro e Sato (2017) encontram presentes nos discursos das psicólogas entrevistadas razões para a entrada no campo do bem-estar social, que apesar de serem comumente associadas ao compromisso social, podem também revelar a possibilidade de uma primeira experiência profissional. Essa abordagem pode indicar uma vontade de aplicar os conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica em um contexto socialmente relevante.

Formação e orientações para o fazer psicológico

Um aspecto importante a ser debatido é a questão da formação que as profissionais recebem para a atuação no Terceiro Setor, já que grande parte dos dilemas enfrentados pelas psicólogas sociais é, em certa medida, resultado de uma formação insuficiente para atuação nestes contextos específicos (Paiva & Yamamoto, 2010).

Ao serem questionadas sobre as orientações que receberam para iniciarem a sua trajetória profissional no campo, todas as respostas apontam para a falta: falta de disciplinas, discussões e leituras críticas sobre Psicologia Social ou Psicologia Comunitária na graduação, além do distanciamento entre formação recebida e prática, refletindo o pouco conhecimento sobre a realidade dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Outro dado relevante é onde as profissionais dizem ter encontrado orientação: na prática. Apesar de citarem cursos e especializações, todas as entrevistadas consideram que o que sabem, aprenderam quando começaram a trabalhar. Cordeiro e Sato (2017) trazem dados que complementam essa discussão, pois uma vez que as psicólogas entrevistadas por elas sinalizaram a relação entre a sobrecarga de trabalho e escassez de tempo para reflexão e planejamento das ações, entendemos a importância de um espaço e um momento específico para a análise e discussão dos projetos e atividades socioassistenciais. Os recortes das falas da presente pesquisa, apresentados abaixo, exemplificam isso:

(...) dentro da minha graduação não tinha muito espaço, eu que buscava esses espaços pra essas discussões, então acabou que eu tinha que ir estudando por conta, ir buscando cursos (...) fui trabalhando em outros lugares para aprender, recebi muitas orientações a

respeito dessa parte burocrática de fundar uma instituição, de trabalhar no Terceiro Setor, de ver aquilo que faz sentido, do que que a gente valoriza, a cultura do Terceiro Setor, pra ir me solidificando enquanto profissional, me fundamentando não só de teoria mas também de prática (...) (Gabriella)

Eu falo que, a faculdade em si, nessa questão institucional me ajudou muito pouco. Porque a Psicologia, inclusive o próprio recorte de infância e adolescência...já começa por aí...muito pensado em contexto clínico, né? E essa questão mesmo organizacional, institucional, de gestão é a mesma coisa, a faculdade não te dá muita base. Então eu fui aprendendo fazendo, quando eu entrei como voluntária (...) aprendi maior parte do que eu sei lá (...) e aí quando eu saio (...) fui fazer um curso de gestão em Terceiro Setor. (Viviane)

No estudo conduzido por Paiva e Yamamoto (2010), foi constatada uma correspondência de dados, revelando um cenário no qual o contato limitado com o conhecimento sobre a atuação na comunidade resulta em uma tendência para intervenções focadas no indivíduo, em certas ocasiões operando dentro do paradigma clínico individual. Todavia, vale ressaltar que, dentre as cinco entrevistadas, três delas estão envolvidas em práticas de atendimento psicológico, o que nos leva a uma importante reflexão: como propor intervenções desse tipo, que se comprometam com o bem-estar e tratamento do indivíduo, sem incorrer na armadilha de simplesmente importar e transpor abordagens provenientes da clínica tradicional?

Expandindo essa discussão, em uma das respostas ao questionamento daquilo que é reconhecido como limitação ao seu trabalho, Luana aponta para a falta de atendimento para os beneficiários, e quando convidada a definir o trabalho que desempenha, importa referências da perspectiva e ênfase clínico-social – com a qual entrou em contato na graduação e está familiarizada – para falar de estratégias como “escuta” “acolhimento” e “conversas sensíveis”, utilizando a expressão “a gente trabalha da mesma forma de uma clínica ampliada mesmo” (sic) para poder explicar seu trabalho:

(...) vejo que uma dificuldade minha, eu acho que uma limitação também porque não é como se eu não quisesse, é porque realmente não teria como, é o atendimento psicológico aqui dentro. A gente não consegue colocar, mas eu acredito que poderia funcionar. Mas pra funcionar também a gente teria que antes de implementar, estudar

bastante, como funcionaria né (...) eu não atuo diretamente com atendimento psicológico aqui dentro, e às vezes os meninos até cobram, falam que queriam e tal, mas aqui dentro não atuo dentro dessa forma. O trabalho é bem social, como eu disse no início, comunitário, mas não deixa de ser um trabalho muito importante e também muito sensível. (Luana)

Importante ressaltar que, embora o atendimento psicológico não seja a única intervenção possível, este é um dado que aponta, para além da limitação do que é oferecido para a comunidade, a necessidade de investigar como este tipo de prática está sendo desempenhado dentro destes contextos, ou seja, fora do consultório particular.

Discussões mais profundas podem ser suscitadas ao se considerar como a formação predominantemente clínica afasta um contato efetivo com a comunidade no enfrentamento dos problemas sociais, porque o trabalho não se orienta para uma atuação interdisciplinar, e “acaba por limitar o conhecimento e a discussão sobre importantes temas como políticas públicas, Sistema de Garantia de Direitos, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre outros.” (Paiva e Yamamoto, 2010, p.155).

Essa falta de formação teórica pode, inclusive, levar a práticas que caem no amadorismo. Foram encontrados dados que estão em confluência com aqueles apresentados por Da Silva (2011) ao pesquisar uma instituição com poucos recursos e estrutura e identificar que os mecanismos de ação estão comprometidos, muitas vezes no campo da “boa intenção”:

Foi um começo muito baseado no ensaio, a gente tinha uma ideia do que queria fazer (...) (Sônia)

Eu acho que é não temer, sabe? eu percebo que a gente não teme o erro. “Ah, errou? Poxa vida, tudo bem, vamos ver o que a gente pode fazer para que esse erro não persista. (Gabriella)

Outros pontos pertinentes a serem investigados é que os próprios profissionais reconhecem e enfatizam a importância do conhecimento especializado e do engajamento comunitário na transformação social, e por isso traçam estratégias de “educação continuada” e “capacitações”, termos utilizados por elas. Sônia menciona um projeto na instituição que trabalha, denominado “cuidando de cuidadores”, em que convidam profissionais de diversas áreas envolvidos no campo de atuação da ONG – violência contra mulheres – para promover

discussões a respeito da temática e do que tem sido desenvolvido. Importante ressaltar que educação continuada também demonstra uma abordagem preventiva, ao promover uma compreensão mais profunda dos fatores que contribuem para a violência, visando intervir de forma mais efetiva e abrangente.

Tem uma estratégia aqui que é o que a gente chama de “cuidando de cuidadores”, que é o momento que a gente sempre convida um profissional gabaritado, com conhecimento especializado, para falar de temáticas, direta ou indiretamente relacionadas ao grande tema que é a violência contra mulheres. E isso é uma maneira da gente lidar inclusive criticamente com essa temática, sair do senso comum, sair da banalização que muitas vezes esse tema é tratado, entender a complexidade de diferentes elementos que contribuem para que a violência aconteça, então são estratégias, para gente poder ter uma extensão maior, e lidar com aquilo, que tá aqui quando a gente atende esses casos. (Sônia)

Se manter atualizado, né? Com teorias, com questões sociais, das políticas públicas...também é muito, é uma demanda que a gente tem que estar sempre atento, então a gente tem que estar sempre por dentro das políticas públicas, dos dispositivos, sabe? que vão surgindo... Então “ah, está tendo uma movimentação ali na associação de trabalhadores”, “ah tá tendo uma movimentação ali no postinho” “surgiu uma nova política agora vai colocar água” “ah, agora vai ter internet”. Sabe? (Gabriella)

Eu penso também que no estudo né, porque se a gente não estudar...e aí eu acho que por isso foi tão importante assim eu voltar pro mestrado, quando eu volto pra academia pra estudar, pesquisar... (Viviane)

A fragilidade da formação insuficiente para o exercício da Psicologia nesse contexto torna-se ainda mais evidente quando comparamos uma das entrevistadas, recém-formada há poucos meses, com as outras quatro, que atuam no Terceiro Setor há pelo menos oito anos. Ao ser questionada sobre a relação da ONG que trabalha com outras organizações, instrumentos legais, estruturas e sistemas voltados para a promoção do bem-estar, a entrevistada reconhece sua importância, menciona o trabalho em rede e o setor de Captação de Recursos/Gestão de oportunidades, mas não consegue elaborar uma resposta mais substancial, citando exemplos ou os nomes do que ela define por “parcerias” (sic).

Essa discrepância entre as entrevistadas evidencia as capacitações e a educação continuada como fundamentais para profissionais com uma trajetória mais longa no Terceiro Setor. Além disso, ressalta-se o fato de que grande parte do aprendizado ocorreu por meio da prática, conforme mencionado anteriormente.

Esses aspectos reforçam a necessidade premente de uma formação mais sólida e abrangente para as psicólogas sociais que atuam nesse contexto. É fundamental investir em formação e oportunidades de aprendizado contínuo, a fim de aprimorar as competências profissionais e estarem preparadas para lidar com os desafios complexos que surgem no trabalho junto às comunidades.

Relação com os outros profissionais envolvidos

Voluntários, estagiárias de Psicologia e instrutores – educadores sociais – foram citados, estes para além dos profissionais de outras instituições/órgãos públicos. Os relatos de algumas, presentes nos exemplos abaixo, destacam a afetividade como combustível para a atuação multidisciplinar:

Me senti muito desamparada, só, e muito cansada, de ter que trabalhar por muitas vezes sozinha, mas nessas andanças a gente vai criando rede, então...tive colegas profissionais que me ajudaram bastante nesse crescimento. (Gabriella)

Alguns dos meus melhores amigos, vieram da [ONG], e essa equipe nova que está também, a gente também tem grandes afinidades, muito afeto, muita abertura, uma intimidade muito grande de falar das limitações, das dificuldades, como também de ajudar uns aos outros. Muito solícita [a equipe] para ajudar e colaborar, e muito aberta pra falar o que está bom e o que está ruim, pedir ajuda, para sair pra conversar, desabafar. Então acho que é uma relação muito afetiva, de muita solidariedade mesmo, e muita parceria. (Milena)

Isso está em linha com as descobertas do estudo realizado por Da Silva (2011), em que alguns dos entrevistados apontam que a solidão pode resultar em sofrimento e a solução é constantemente buscar se fortalecer no encontro com outros profissionais, com a realidade e com novas maneiras de adquirir conhecimento.

Nesse sentido, Viana e Machado (2011), ao estudarem a relação positivo/prazer e negativo/sofrimento do trabalho, encontram dados semelhantes às enunciações das

participantes da pesquisa. A dimensão coletiva e comunitária carrega consigo o sentido positivo do trabalho manifesto no vínculo saudável entre colegas que lutam por metas compartilhadas. O relato a seguir é ilustrativo:

[A ONG] está em fase embrionária, e aí muitos dos profissionais, eles...todos são voluntários, né? Então a gente tem uma coisa muito em comum que garante uma... (pausa e gesto juntando as duas mãos) Um vínculo! É...um vínculo, um sentido maior, sabe? (...) então a gente tem um objetivo: que é o desenvolvimento pleno, que [a ONG] cresça e funcione bem, então as relações que a gente tem lá são muito saudáveis em grande maioria. (Gabriella)

Este é um discurso que suscita um importante debate, pois demonstra uma relação e um fazer coletivo, que se contrapõe ao que é estruturante e estruturado pelo pensamento neoliberal. O sentido do trabalho e a posição dos trabalhadores sofrem alterações com a Revolução Industrial e o capitalismo, estando intimamente ligados à um processo de individualização da sociedade. Bauman (2009) como citado em Costa (2011), propõe que no período de transição da modernidade sólida para a modernidade líquida, ocorreu uma transformação das relações públicas, tornando-as propícias ao consumo privado, mas distante da capacidade de construir vínculos sociais. O individualismo, dessa forma, fortemente presente em algumas teorias e práticas da Psicologia, favorecem uma atividade particular, nos moldes do consultório particular.

Demandas recorrentes no cotidiano de trabalho das psicólogas

É importante fazer o recorte, assim como Paiva e Yamamoto (2011), de que cada entrevistada faz parte de uma instituição, por isso a rotina do trabalho – e consequentemente as demandas – são diferentes. Quando questionadas sobre isso, duas participantes da pesquisa apontaram para questões comportamentais relacionadas ao atendimento direto com os beneficiários atendidos pela instituição (crianças e adolescentes):

As demandas mais comuns são as questões de comportamento, né? A gente trabalha com beneficiários em situação de vulnerabilidade, expostos a muitos riscos, então a questão do comportamento é a que mais chega. (Gabriella)

Outra entrevistada cita a questão da gestão dos atendimentos – se tratando de uma ONG que fornece o serviço de acolhimento familiar – e a vinculação com outros órgãos envolvidos neste processo.

Hoje, a demanda que eu acho que é mais latente, é uma demanda de gestão, porque a gente tem que conciliar ali o acolhido, a família acolhedora e a família de origem...e as questões né? De cada parte, que tem as histórias...e, uma segunda coisa que é também, falei ontem também isso, que é o tempo todo um sentimento de impotência porque a gente depende de outras...outros órgãos, né? Da rede de proteção à infância. (Viviane)

Com um funcionamento parecido com a instituição em que trabalha a entrevistada citada anteriormente, outras duas participantes expressaram os dilemas e os casos manifestos nos atendimentos clínicos que são oferecidos pela instituição, ora sobre violência, ora sobre o processo da adoção.

As demandas basicamente são essas, mulheres que vivenciam situações de violência, seja em relacionamentos familiares, com marido, com pai, com irmão, filhos ou filhas. Temos casos de mulheres adultas, que têm filhos adultos que praticam a violência, então a gente acaba recebendo esse universo de vivência da violência, muito concentrado nesse público que são as mulheres. (Sônia)

Corroborando com isso e remontando discussões a respeito de atuações distintas das diversas ONGs, para Paiva e Yamamoto (2008), a oferta de serviços tão heterogêneos e com objetivos diferentes impossibilita pensar uma perspectiva teórica de ação no Terceiro Setor que, de fato, funcione para todas as instituições. Os autores também falam da impossibilidade de conceber que essa complexa rede de instituições busca, de forma equânime, a transformação social.

No que concerne à atuação profissional do psicólogo, Paiva e Yamamoto (2010) deparam-se com informações acerca de intervenções que almejam a mudança tão somente em âmbito individual, ou no máximo no contexto institucional em que estão inseridos. Tal fenômeno parece se manifestar e se justificar nas respostas anteriores, uma vez que a maneira que as entrevistadas respondem às demandas que lhes são mais frequentemente apresentadas – a depender da instituição – é claramente específica à própria entidade organizacional na qual exercem suas atividades laborais.

Essas observações levam à pertinência da discussão do próximo item, que são as intervenções que realizam. O entendimento e reconhecimento das demandas que vão orientar o trabalho que será desempenhado é fundamental. Apesar de citarem bastante o compromisso e a transformação social, foram mencionadas algumas práticas individualizantes, pouco fundamentadas ou limitadas apenas à instituição em que estão inseridas. Quando perguntadas especificamente a respeito das intervenções frente às demandas, uma das entrevistadas conta:

Aqui dentro a gente tem as medidas que a gente precisa tomar em casos mais graves, né... então a gente dá advertências para aqueles casos que a gente vê que segundo as regras estão infringindo algum combinado, que está sendo realmente questionável aqui dentro. (Luana)

“Advertência” para os beneficiários que expressam “mau comportamento” aparece logo de início na sua fala, como algo que é anterior à sua chegada na ONG. Assim como foi encontrado na pesquisa de Da Silva (2011), essa é uma intervenção que parte dos interesses da organização, se distanciando daquilo que poderia estar sendo realizado junto com a comunidade, que intencione o fortalecimento político e social dos beneficiários, que fortaleça os espaços comunitários. Um trecho de outra entrevista revela o distanciamento das práticas propostas pela instituição com o público atendido:

Por vezes acontecem embates marcantes em todos os espaços que eu já ocupei, da gente tentar, parece que a gente está falando outra língua, sabe? Parece que a gente não tá falando (...) do mesmo grupo que a gente tá atuando (...) Levar um curso de programação que tem que ter matemática básica, tem que ter raciocínio lógico para crianças e adolescentes e até mesmo jovens adultos, que não sabem ler...que nunca pegaram num computador...sabe? Então essa é a maior dificuldade pra mim: quebrar esse paradigma de que psicologia, de que Terceiro Setor, de que trabalho voluntário, de que as questões sociais elas são sempre assim: deixa eu ir lá fazer pra essa pessoa porque ela já não tem nada mesmo então qualquer coisa ela vai aceitar. Disponibilidade...cursos em horário que não dá certo, reuniões de pais e responsáveis que são marcadas em horários que os pais estão trabalhando. Levar matemática aplicada sendo que as crianças às vezes não sabem nem contar assim de palitinho, levar inglês mais avançado assim quando eles não estão nem sabendo português. (Gabriella)

Fortalecendo esta perspectiva, Fernandes (2008) apresenta dados que vão no mesmo sentido, ao constatar que a emancipação social não parece ser prioridade para as ONGs pesquisadas – muitas vezes atravessadas por ideais assistencialistas – mas demonstra ser algo importante para as psicólogas que nela atuam. Partindo do pressuposto de que a demanda nunca é espontânea, mas sempre é produzida, é necessário compreender como estes serviços estão sendo ofertados (Ramminger, 2001).

Em contrapartida, algumas práticas mencionam a atuação com a comunidade em que a ONG está inserida – para além dos beneficiários que fazem parte diretamente:

Então, ter rede municipal, pessoas na rede para acolher, pessoas no bairro para acolher e que a gente possa contar, pessoas na associação de moradores, mães [dos beneficiários] que a gente tem que estar bem próximo pra gente conseguir fazer um bom trabalho e para elas confiarem na gente. (Gabriella)

Funções e atribuições dentro da instituição e perspectivas futuras

Conforme os dados apresentados e em consonância com os resultados encontrados por Paiva e Yamamoto (2011), é possível observar uma relação direta entre as atividades realizadas pelas psicólogas e a natureza da instituição em que atuam – tipo de serviço que é ofertado, comunidade atendida –, assim como as demandas específicas de cada área de atuação.

Este dado nos permite tecer discussões a respeito do papel do psicólogo neste contexto, especificamente sobre como as atribuições nem sempre estão bem definidas. Uma das entrevistadas, ao ser questionada sobre esse aspecto, menciona:

O que acontece normalmente é que as atribuições das funções são um pouco mais confusas, então algumas pessoas acabam que ficam mais sobrecarregadas – eu me considero uma delas – quando ficam com as funções um pouco mais difíceis, difícil de desempenhar.... (Gabriella)

Isso corrobora os achados de Fernandes (2008) e Janiaki (2012), que também fornecem subsídios para pensar sobre questões relativas à sobrecarga, desempenho de funções que não lhe competem, trabalho que extrapola carga horária definida, as quais estão associadas à dedicação, identificação e “amor à causa”, principalmente no caso desta entrevista em que a profissional fala de um trabalho voluntário, enquanto fundadora. Bernardino e Santos (2019)

como citado em Xavier (2022), falam sobre como essa realidade dá contorno ao tipo de postura a ser adotada pelas profissionais: flexível, resiliente e criativa, para assim conseguir lidar com a complexidade do contexto em que estão inseridas.

Um aspecto que sobressaiu em todas as entrevistas foi uma atuação que demonstra estar predominantemente associada à parte de gerenciamento ou coordenação das ONGs – como algumas se nomeiam – “gestoras de projeto”. Dados semelhantes são encontrados no estudo de Paiva e Yamamoto (2010). A natureza do trabalho, dessa forma, aparece em todas as entrevistas como atividades de gestão, manutenção e desenvolvimento da instituição, além da garantia da qualidade daquilo é ofertado, cabendo aos educadores sociais, voluntários ou estagiários as intervenções diretas com os beneficiários, como exemplificadas nas sequências discursivas a seguir:

Eu estou como coordenadora executiva, então eu estou diretamente ligada aos projetos. Meu trabalho é mais gestão, e aí com o meu conhecimento de Psicologia, de Psicologia Social, claro, eu trago os questionamentos para própria construção dos projetos, para as reuniões ali com os coordenadores. Eu estou com uma estagiária agora na [ONG], então eu tenho ali uma função de supervisioná-la. (Viviane)

Eu falo de uma instituição que eu exerço um papel múltiplo assim, como fundadora acaba que a minha ação é muito mais intensa do que em outras instituições que eu trabalhei enquanto psicóloga, (...) acredito que meu papel fundamental é promover o desenvolvimento da instituição da forma mais saudável possível, que garanta que ela cumpra os valores, a missão e objetivo sem ferir nenhum direito humano e prezando pelo bem-estar tanto dos colaboradores quanto dos beneficiários. (Gabriella)

Hoje, especificamente, é bem diferente em relação a esse começo, que eu supervisionava praticamente todos os projetos da [ONG] que tinham a ver com conhecimento ou intervenção na área de psicologia. Hoje eu estou especificamente como responsável técnica coordenadora pelos atendimentos psicológicos, (...) eu recebo a demanda das solicitações de atendimento, eu faço a captação de voluntariado, de psicólogos que são formados, eu faço as parcerias com as universidades. Então sou essa mediadora que vai organizar profissionais e a clientela pra ter os atendimentos que eles precisam, coordeno todo o espaço em relação as salas de atendimento, agenda de atendimento, dou supervisão pros voluntários (...) (Milena)

Então participo muito da elaboração dos projetos, também participo e me disponho sempre a contribuir na produção de conteúdos relacionados ao nosso trabalho. Uma ONG tem um funcionamento muito baseado na participação, nós somos sempre muito instigados a participar, a contribuir, sugerir, discutir, questionar e isso tudo resulta numa participação não só no atendimento que a gente faz, e sim em como estamos atendendo, o que a gente precisa mudar, o que precisa manter, então a nossa participação enquanto profissional na instituição inclui não só o foco do trabalho que é atender (...), mas todo desdobramento a partir desse atendimento. E eu me mantenho muito disponível a participar de processos administrativos, então não atuo como psicóloga organizacional aqui na [ONG], mas tudo que eu sei da psicologia organizacional eu coloco aqui. Eu oriento, eu esclareço, eu pondero “olha não deve ser feito desse jeito, tem que ser daquele jeito”, eu participo de processos seletivos, contribuo na formatação de processos seletivos, contribuo na formatação de avaliações de desempenho, que é um procedimento que temos internamente, então uma série de processos relacionados a gestão de pessoas, eu tenho uma disponibilidade de contribuir, mas o meu foco do trabalho, as atribuições, para qual eu fui admitida é ser psicóloga do atendimento. (Sônia)

Essa informação é corroborada pelas sequências discursivas sobre futuro profissional, nas quais as psicólogas contam que pretendem continuar ou extrapolar esta posição de execução e supervisão de projetos, além do gerenciamento dos processos administrativos/coordenação da ONG e interlocução com políticas públicas:

Acho que a questão da capacitação me chama mais, eu quero poder me dedicar aos estudos, aprofundamento e a levar essa informação, de X formas, seja online, seja presencial, ou viajando, mas eu quero dar esse passo para ir para este lugar de ensino, capacitação e de treinamento. (Milena)

Obviamente que eu almejo ocupar espaços que não sejam só no impacto social diretivo, sabe? Só naquela comunidade ou só em determinado público, então estou almejando agora ocupar espaços que alcancem um maior número de pessoas (...) políticas públicas para um bairro, pra uma cidade, para um município, para uma região (...) porque acho que é importante que o psicólogo ocupe esses espaços, nessas ferramentas, não ficar só

no trabalho...tipo na “trincheira”, sabe? Já tenho uma experiência ali do grosso, então trazer essa experiência pra outros processos... (Gabriella)

Olha eu acho que o Terceiro Setor nunca vai sair da minha vida (...) mas é muito exaustivo trabalhar na alta complexidade né, então eu não pretendo a longo prazo permanecer na alta complexidade não. Na prevenção sim, eu acho que é um trabalho que eu me vejo fazendo. (Viviane)

Quando questionadas a respeito de alguma atribuição que somente elas estariam autorizadas a realizar, todas as entrevistadas mencionam o Relatório Psicológico.

Limites e potencialidades do fazer profissional

A respeito dos desafios enfrentados, as falas das entrevistadas foram no mesmo sentido, indicando problemáticas relacionadas à natureza do próprio contexto de atuação em que estão inseridas. Importante destacar que no momento em que surgem as reformas neoliberais amparadas na ineficácia do Estado, o Terceiro Setor aparece com o intuito de atender demandas que o próprio sistema cria, mas não se implica no trabalho de superar as condições que deram origem a essas problemáticas (Oliveira, 2018). Yamamoto (2007) citado em Paiva e Yamamoto (2008), nos chama atenção para o lugar do psicólogo como agente intermediário e executor das políticas sociais, que está inserido no recorte das vulnerabilidades sociais, transformadas em políticas estatais e, por vezes, tratadas de maneira segmentada e parcial.

Um grande problema que a gente vive hoje é pessoalizar uma coisa que deveria ser institucional (...) trabalhando no Terceiro Setor é muito difícil, estabelecer limites assim. Tanto que como eu falei, o pessoal lá do próprio fórum falou pra gente: nesse caso vocês ultrapassaram a competência de vocês. E eu falei: não sei se essa é uma crítica ou um elogio, mas não deveria ser um elogio porque devia funcionar. Não precisaria de a gente ultrapassar nossa competência se funcionasse. (Viviane)

Acho que lembrei de uma coisa importante trazer, sobre a [ONG], e que talvez responda um pouco disso, é que a gente entra tampando um buraco da rede (...) quando a criança é adotada, essa família é largada, não tem ninguém por ela, dá-se por “final feliz”, como se fossem felizes para sempre, e a gente sabe que não, na verdade está começando outra

grande história, e que muitas delas inclusive acabam em devolução, então a gente entra nesse lugar como Terceiro Setor, tampando buracos, e então oferecendo suporte emocional e psicológico, (...) porque o jurídico já foi, outros apoios que foram necessários já aconteceram, agora essa Psicologia vem em um lugar muito especial, cuidando dessas relações, construindo esses vínculos, cuidando dos traumas, das expectativas (...) (Milena)

E acho que na verdade, todas as outras ONGs fazem um tanto disso, né, a gente acaba, enquanto sociedade civil falando “Se o governo não resolve, a gente vai resolver”, acho que é um pouco desse lugar, de colaborar com aquilo que o nosso sistema não consegue abarcar. (Viviane)

Sendo assim, quer seja no âmbito do bem-estar social nas esferas governamentais – primeiro setor –, quer seja no contexto do "Terceiro Setor", a intervenção será sempre, em última análise, limitada e parcializada. Paiva e Yamamoto (2010) defendem que é preciso ter cautela: ao mesmo tempo que é imprescindível tecer críticas às abordagens clínicas convencionais e ineficazes que se repetem em diversas modalidades de ação, devemos evitar impor exigências além das possibilidades da prática profissional da Psicologia.

Nessa perspectiva, enfrentamos o desafio de ampliar essas limitações concernentes à instância política da nossa atuação profissional, o que implica em alinhar-nos com setores progressistas da sociedade civil – empenhados na tarefa de incentivar avanços nas políticas sociais – e explorar no campo acadêmico novas possibilidades de fazer, baseadas em abordagens teórico-metodológicas diferentes daquelas que são hegemônicas na Psicologia (Yamamoto, 2007 como citado em Paiva e Yamamoto, 2010).

As ONGs pesquisadas apresentam dados em comum, que corroboram com o que foi proposto por Fernandes (2008) acerca da escassez ou limitação de recursos financeiros. Essa condição tem impacto direto na disponibilidade de recursos humanos nessas organizações.

Quando eu começo olhando primeiro para dentro de casa, acho que essa questão de depender do voluntariado, que como eu disse, às vezes eu fico na fila de espera, não acabo conseguindo atender todo mundo que precisaria. Acho que essa coisa do tempo de dedicação de estudo da equipe, poderia ser maior, então eu dependo dessas pessoas quererem doar mais suas horas, porque nessas horas poderia ser até melhor poder aprender mais, mas meus limites tem a ver um pouco com essa disponibilidade do

voluntariado, e talvez até com a questão de recurso, se a gente tivesse mais recurso financeiro, a gente conseguiria ter mais contratados, e assim poderíamos abarcar mais atendimentos, e tudo mais. (Milena)

A ONG para trabalhar precisa de recursos...e movimentar esses recursos no Terceiro Setor é muito difícil, muito difícil. Então mesmo que a gente faça tudo certinho: transparência, documentação... é muito difícil da gente engajar doadores, ou se encaixar em editais que por vezes aparecem... (Gabriella)

Aparece, também, aquilo que já foi discutido a respeito das falhas no reconhecimento pelas pessoas que estão fora deste campo de atuação sobre Psicologia Comunitária. No caso do exemplo a seguir, uma visão associada e até mesmo reforçada por parte de algumas psicólogas, a um papel assistencialista.

Os limites são da psicologia social não ser vista enquanto ciência, né? Sei lá...A galera acha que é só ir lá e fazer..(sinal de aspas) ”Deixa eu ir lá ajudar os... as pessoas em situação de risco...” (...) “deixa eu ir lá ajudar os pobres”, “deixa eu ir lá ajudar os carentes”, né? fulano é tão carente” Então o principal é quebrar esse paradigma dessa visão da caridade. (Gabriella)

Como já foi mencionado por Freitas (2012), dentro desse contexto, é importante considerar que diversas abordagens podem orientar o trabalho de uma organização. Nesse sentido, encontramos coexistindo tanto trabalhos que se apoiam em uma visão assistencialista e caritativa, quanto abordagens comunitárias que buscam a emancipação e o empoderamento popular. Ao encontro disso, as potencialidades do trabalho da psicóloga são reconhecidas pelas participantes do estudo sob a ótica da relação com a comunidade, da aproximação e estreitamento de vínculos com ela.

A nossa maior, ARMA (risos) no combate de tanta coisa...é o vínculo. Então eu vejo muita potência no vínculo, tanto na [ONG] quanto na [ONG], se a gente não faz um vínculo com a família o negócio não vai... (Viviane)

Mas a potencialidade é o que eu sempre falo...tá nas relações [neste momento se emociona] (...) está nas relações com os beneficiários, nas relações que a gente constrói com as famílias, por acreditar que o que está acontecendo com eles é uma injustiça, e que com injustiça a gente não fica de braços cruzados só falando o que tem que acontecer, sabe? (...) de acreditar que aquele sujeito, aquele beneficiário tem potencial de ser mais, de que ele merece mais, e de que o psicólogo, eu, estou lá para auxiliá-lo, ser essa ponte, ser esse manejo, para auxiliar se der ruim, pra questão de criatividade, pro acolhimento e enfim...auxiliar nessas decisões. (Gabriella)

É de trabalhar junto, e enquanto agentes (...) que estão sofrendo junto, então vamos o que a gente pode fazer junto, para transformar essa realidade, né? (...) e a gente faz isso principalmente na confiança, trabalhando em equipe, trabalhando com aquilo que faça sentido pra eles porque não adianta nada a gente chegar e trazer mil coisas assim que não faça...sentido. Então a gente tem que estar muito alinhado, muito vinculado, muito conectado, e por essa conexão acontecer que eu acho que é a maior potencialidade, sabe? No acreditar. (Gabriella)

Durante a entrevista, uma das participantes, quando questionada sobre as potencialidades da instituição, expressa um ponto de vista centrado em seu interesse pessoal no crescimento da organização, deixando de abordar o aspecto crucial do impacto social do trabalho realizado. Essa perspectiva pode sugerir uma possível confusão entre os conceitos de "potencialidade" ou "potencial" da instituição, limitando-se a uma compreensão restrita de seu papel dentro do contexto da ONG em que atua.

Eu acho que, eu olho para o serviço que eu trabalho, e vejo um grande potencial, na verdade tenho altos sonhos, de que, realmente quero ter lista de espera de voluntariado, quero ter psicólogos falando “quero muito atender na [ONG]” (Milena).

Outra resposta a respeito da potencialidade do trabalho está associada, também, ao serviço que é ofertado na instituição que trabalha, as oficinas do SCFV (Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos), na modalidade de contraturno escolar. Essa perspectiva parece refletir que a compreensão de que o trabalho da psicóloga não se limita a intervenções pontuais, mas deve ser direcionado para promover o desenvolvimento integral dos adolescentes, visando sua preparação para os desafios que enfrentarão ao longo de suas vidas:

Eu acredito que as oficinas elas são muito potentes aqui. Inclusive a nossa base aqui pros adolescentes são elas né, as oficinas aqui dentro garantem pra eles assim não só um momento de às vezes descontração, de diversão entre eles mesmo, mas ao mesmo tempo elas têm a sua finalidade de preparar eles pro futuro, preparar eles para vida adulta, né? (Luana)

Da Silva (2011) discute a necessidade de ir em direção à uma metodologia crítica, pautada na ação transformadora. Dentre as discussões que traz, a autora entende que as psicólogas devem se empenhar na tarefa de se conectar com o mundo do sujeito, compreendê-lo em suas todas as suas dimensões – pessoal, familiar e comunitária – e assim criar oportunidades de transformação.

Como a organização se relaciona com outras instituições do campo do bem-estar social

O que observamos neste estudo foram aproximações com o campo da assistência social, jurídico e com outras ONGs de Uberlândia.

Um profissional que eu sempre tive contato é o assistente social, acho que é o que eu mais tive contato ao longo da minha carreira. (Viviane)

Tanto que tem até um grupo formado, pelas várias instituições do Terceiro Setor aqui em Uberlândia, e que é um fórum muito específico (...) e dialogam sobre suas questões, dificuldades e possibilidade, existe uma rede ali de instituições (Sônia)

No judiciário a gente tem as psicólogas, os assistentes sociais, as auxiliares lá do juiz, as comissárias, as assistentes do gabinete.... então é muita interlocução com o direito (Viviane)

A gente está sempre conversando com o CREAS, com o judiciário, com o CRAS pouco, com os postos de saúde, com escola...Na [ONG] também escola, postos de saúde, CRAS, aí já é mais CRAS, e as outras iniciativas né, tanto de ONGs quanto do Estado, mediação de conflitos...É... acho que é isso. Não consigo fazer um trabalho sozinha. (Viviane)

Algumas respostas abordavam os desafios inerentes às interações profissionais, sendo alguns deles relacionados a diferentes campos ou perspectivas do saber coexistindo e trabalhando em um mesmo domínio de atuação. No exemplo a seguir, a entrevistada discorre sobre isso:

Então por sermos uma instituição multiprofissional a gente lida com coisas...com opiniões muito diferentes, então quando a gente fala de psicologia a gente também fala de ciência, então por vezes aquilo que eu digo, que eu falo de melhorias, de propostas – não somente eu, mas a equipe de psicologia (...) – é visto como prepotência, como achismo, então isso é muito difícil e é motivo de muitos embates dentro da instituição (...) não é achismo, muito do que a gente faz – na verdade nada do que a gente faz é achismo, é realmente estudo, é realmente a metodologia, né? a ferramenta do psicólogo. (Gabriella)

Como evidenciado nestes trechos, em consonância com o que foi observado por Da Silva (2011), apesar das diretrizes profissionais da atuação frente às desigualdades sociais enfatizarem a importância de uma atuação interdisciplinar, nas falas das profissionais foi observada uma dificuldade na comunicação entre diferentes campos. Por esta e outras razões as ações se encontram fragmentadas, focadas naquilo que é comumente associado às suas principais atribuições cotidianas e que lhe são particulares.

Então eu observo por exemplo com a área jurídica, tem um contraponto bastante importante, a área jurídica é mais prática, por mais que ela leve em conta, as questões, dinâmicas, e contextos, é muito prática. A abordagem na psicologia é diferenciada porque ela vai considerar outros elementos dessa dinâmica, assim como outros profissionais também fazem isso, de acordo com o foco deles. (Sônia)

Isso torna evidente os desafios que competem a esta atuação multidisciplinar, aparecendo como uma necessidade de superação dessas diferenças, como nos exemplos seguintes:

(...) a gente [ela e a outra gestora de projetos da instituição, historiadora] acabou de construir uma relação, então é bem nova, mas acredito que se fortaleceu a partir do momento que a gente decidiu engajar e trabalhar em equipe mesmo, entendendo as

nossas diferenças, mas também sabendo que juntas a gente vai somar cada vez mais.
(Luana)

Então as relações têm que ser um pouco bem lapidadas nesse sentido, para não parecer prepotência e também pra gente valorizar as opiniões, as experiências, e aquilo que o outro tem a colaborar. (Gabriella)

Eu acho que no sentido da perspectiva da abordagem técnica, como profissional de psicologia entendo tenha que ser desse jeito, e um advogado ou assistente social possa perceber que tenha que ser de outro (...) é um desafio de conjugar saberes para conseguir oferecer o serviço para a pessoa atendida (...) num desafio da gente como profissional, de sustentar essa atuação articulada, de sustentar e lidar com especificidades de saberes.
(Sônia)

Martínez (2003) como citado em Paiva e Yamamoto (2010), discute sobre como nenhum profissional possui, por si só, todas as competências suficientes para uma adequada. Uma vez que o propósito das intervenções é fomentar a emancipação e o reconhecimento de si mesmo como protagonista de sua própria história, faz-se valer de uma equipe interdisciplinar, em que as diferentes perspectivas e abordagens das profissionais em relação aos desafios sociais se integram e se complementam: “Não tem como a gente trabalhar sozinho, né? A gente precisa de gente, de instituição...” (Viviane)

Dando continuidade às análises possíveis, Fernandes (2008) encontra dados que demarcam a colaboração significativa de outros profissionais com o trabalho da psicóloga, mesmo se tratando das atividades que são conduzidas exclusivamente por essa profissional. Quando convidadas a descrever essas atividades, as entrevistadas dizem que os demais profissionais auxiliam na identificação das necessidades e fazem encaminhamentos para receber atendimento psicológico.

Este diálogo existente entre a psicóloga e os demais profissionais durante a realização dessas atividades conjuntas são indícios do reconhecimento da Psicologia como um campo que propõe intervenções possíveis, e por outro lado, implica em discutir na necessidade de outros tipos de intervenção – para além do atendimento clínico, comumente associado à atividade de psicólogas – também serem reconhecidos.

Considerações Finais

Ao abordar essas questões, este estudo cumpriu o objetivo de obter uma compreensão mais ampla do trabalho das psicólogas em ONGs de Uberlândia. Por meio das entrevistas semiestruturadas, as participantes evidenciaram aspectos que caracterizam atuação da Psicologia, própria deste contexto. Sublinha-se, em acréscimo, a necessidade de realizar um apanhado histórico e a distinção de termos, frequentemente compreendidos como uma coisa só: Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Assistência Social, Terceiro Setor e ONGs.

Os dados alcançam a proposta inicial de aprofundamento sobre aquilo que dá contorno à atuação da Psicologia inserida neste contexto específico, e também contam como a Psicologia enfrenta desafios significativos. Entre eles, se destacam aqueles que estão envolvidos com a reafirmação do compromisso social da Psicologia, diferenciações entre uma atuação predominantemente assistencialista e aquelas que buscam emancipação social, reconhecimento – ou a falta dele – por parte de outros profissionais da equipe. Por último, a necessidade de aproximação/coerência com as funções que desempenha e a necessidade de promover mudanças significativas na sociedade.

A partir dos achados também conseguimos identificar as potencialidades da atuação com a comunidade, se afastando de paradigmas elitistas, defendendo um posicionamento crítico a ser adotado pela Psicologia e propor direções para um trabalho coerente, mencionando o que outros autores já encontraram em seus estudos.

Apesar dos esforços para compor noções significativas sobre a atuação da Psicologia no Terceiro Setor, é importante reconhecer algumas limitações do estudo, como o tamanho reduzido da amostra. Por se tratar de um Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa foi conduzida com cinco entrevistadas mulheres que trabalham em ONGs de Uberlândia, o que pode limitar a representatividade e a diversidade das experiências e perspectivas presentes na realidade das psicólogas no Terceiro Setor. Ao concentrar-se exclusivamente na cidade de Uberlândia, não abrangendo outras regiões ou cidades, é importante considerar a possibilidade de variações significativas em comparação a outras localidades.

Outro aspecto a ser considerado é o marcador de gênero presente na amostra, composta exclusivamente por entrevistadas mulheres. Embora as mulheres estejam fortemente representadas na área da Psicologia, é importante reconhecer a ausência da perspectiva masculina na compreensão do tema em estudo.

Se tratando das aproximações e relação próxima com o campo de estudo, é importante considerar como a experiência da autora em uma ONG desde 2019 pode ter influenciado na interpretação das informações obtidas, gerando uma tendência a enfatizar determinados aspectos em detrimento de outros. Para além disso, ao estar imersa neste contexto do Terceiro Setor, é importante estar ciente da influência dos laços afetivos e relações pessoais/de trabalho com algumas psicólogas entrevistadas, ainda que tenha buscado minimizá-la por meio da reflexão crítica.

Para superar essa limitação, pesquisas futuras podem buscar uma amostra mais diversificada, incluindo psicólogas de diferentes ONGs e regiões, a fim de obter uma visão mais abrangente e representativa sobre a atuação da Psicologia no Terceiro Setor. Isso permitiria uma comparação mais precisa entre diferentes contextos e uma compreensão mais completa dos desafios e estratégias utilizadas pelos profissionais neste campo.

Referências

- Arendt, R. J. J. (1997). Psicologia Comunitária: teoria e metodologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7-16.
- Campos, R. H. F. (2007). Introdução: A psicologia social comunitária. In Campos, R. H. F. (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (13ª ed. Cap. 1, pp. 9-15) Petrópolis: Vozes
- Cordeiro, M. P., & Sato, L. (2017). Psicologia na política de assistência social: trabalho em um “setor terceirizado”. *Estudos de Psicologia*, 41-52.
- Costa, J. P. B.. (2011) O Individualismo e a Clínica Psicológica. (Trabalho de Conclusão de Curso). UniCEUB, Brasília.
- Da Silva, C. Y. (2011). O Psicólogo no Terceiro Setor: os sentidos do trabalho no enfrentamento à desigualdade social (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica De São Paulo PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16920/1/Camila%20Young%20da%20Silva.pdf>
- Fernandes, A. P. (2008). Características Das Atividades E Do Contexto De Atuação Do Psicólogo Em Organizações Não-Governamentais (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91520/261756.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Gohn, M. G. (2000). 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e Terceiro Setor.
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2016). Análise Histórica da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3).
- Janiake, E. (2012). Psicologia e Assistência Social: reflexões sobre a atuação no “Terceiro Setor”, à luz da psicologia crítica (Dissertação de mestrado). PUC-CAMPINAS. Campinas, SP, Brasil. Recuperado de http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15929/ccv_ppgpsico_me_Etienne_J.pdf?sequence=1&isAllowed=y

- Lane, S. T. M. (2007). Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In Campos, R. H. F. (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (13ª ed. Cap. 1, pp. 9-15) Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2010). Técnicas de Pesquisa. *Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 261-268.
- Oliveira, A. M. D. (2018). Terceiro Setor. Recuperado de <http://repositorio.idaam.edu.br/jspui/bitstream/prefix/146/1/TERCEIRO%20SETOR.pdf>
- Paiva, I. L. de, & Yamamoto, O. H. (2008). Os novos Quixotes da psicologia e a prática social no “Terceiro Setor”. *Revista Psicologia Política*, 231-250.
- Prado, M. A. M. (2002). A psicologia comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 201-210.
- Ramminger, T. (2001). Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 21(1), 42–45. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932001000100005>
- Santos, M. E. P., Oliveira, A. S., Cavalcante, M. A. B., & Santos, J. C. C. (2021). A ruptura do assistencialismo frente às comunidades: atuações da psicologia. *Humanidades e Inovação*, 8(2), 99-111. Recuperado de <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3055>
- Viana, E. A. de S., & Machado, M. N. M. (2011). Sentido do trabalho no discurso dos trabalhadores de uma ONG em Belo Horizonte. *Psicologia & Sociedade*, 46-55.
- Xavier, M. D. (2022). Dias de glória: relato de trabalho voluntário em uma ONG (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Ximenes, V. M., Paula, L. R. C., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 686-699.

APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Dados

Roteiro semiestruturado para entrevistas

1. Me conte sua trajetória profissional.
2. Como se deu sua inserção no Terceiro Setor? E na instituição atual? Há quanto tempo está vinculada/o a ela? Como é o seu vínculo (CLT, MEI, voluntária/o)?
3. Quais são as atividades que você realiza na Instituição? Como foi sua capacitação para desenvolvê-las?
4. Essas atividades são exclusivas suas ou também são desempenhadas por outras pessoas? Há atividades desenvolvidas especificamente por profissionais de Psicologia? Descreva.
5. Quais são as demandas mais comuns que você recebe? E qual o tipo de intervenção que você realiza nesses casos?
6. Pensando nisso que conversamos a respeito das demandas e intervenções no contexto em que você está inserido, quais são os limites que você reconhece em seu trabalho enquanto psicóloga/o na instituição? (Investigar se esses limites são específicos da instituição ou do trabalho no Terceiro Setor).
7. Em um sentido inverso à questão anterior, como você avalia os impactos positivos e potencialidades do trabalho que realiza?
8. Gostaria que você contasse um pouco da sua relação com outros profissionais que atuam na instituição.
9. Gostaria de saber como a instituição se relaciona com outras Organizações Não-Governamentais, instituições públicas e municipais, envolvidas no campo do bem-estar social.
10. Como você compreende o papel da/o psicóloga/o no Terceiro Setor?
11. Quais são suas aspirações e expectativas para seu futuro profissional?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Psicologia no Terceiro Setor: um estudo sobre o contexto de atuação e o trabalho de psicólogos nas ONGs de Uberlândia”, sob a responsabilidade das pesquisadoras Maristela de Souza Pereira e Izabela Aguiar Carvalho. Nesta pesquisa nós estamos buscando conhecer o trabalho realizado por psicólogos em ONGs de Uberlândia. Na sua participação, você participará de uma entrevista presencial, no local de sua escolha. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Os riscos consistem na possibilidade, ainda que reduzida, de identificação do participante. Para minimizar esse risco, será garantida a não-identificação nominal no banco de dados e também posterior, no relatório de pesquisa, reafirmando a importância da confidencialidade durante e após a etapa de construção dos dados. Além disso, será garantido o sigilo das informações obtidas, as quais comporão apenas o relatório e eventuais publicações futuras, sendo tratadas de forma coletiva e não individualizando os respondentes. Os benefícios envolvem dar visibilidade à temática da atuação do psicólogo no Terceiro Setor e contribuir com o repertório ainda limitado de análises da Psicologia sobre a atuação profissional nesse contexto, além de poder pensar sobre as experiências relatadas no contexto da pesquisa, ampliando sua compreensão sobre essas, e poderem acessar posteriormente os resultados da pesquisa, através de uma devolutiva a ser realizada pela pesquisadora. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Maristela de Souza Pereira através do Instituto de Psicologia da UFU: (34) 3225-8506 - Rua Maranhão, s/n, esquina com Rua Ceará, Campus Umuarama. Também poderá entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bl. A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia/MG; fone: 34-3239-4131. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

Maristela de Souza Pereira

Izabela Aguiar Carvalho

Eu aceito participar da pesquisa, voluntariamente, após ter sido esclarecido.

Participante da pesquisa

ANEXO A - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Psicologia no Terceiro setor: um estudo sobre o contexto de atuação e o trabalho de psicólogos em ONGs de Uberlândia

Pesquisador: Maristela de Souza Pereira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65367822.6.0000.5152

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFU

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.805.101

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos documentos Informações Básicas do Projeto nº 2047267 e Projeto Detalhado (Projeto), postados em 17/11/2022.

INTRODUÇÃO – "Esse estudo se propõe a conhecer o trabalho realizado por psicólogos que atuam em ONGs de Uberlândia. Discute-se a atuação da Psicologia Social e Comunitária no Terceiro setor, as funções e o compromisso social do psicólogo, além de uma investigação sobre este campo de atuação específico – as organizações não governamentais."

METODOLOGIA

(A) Pesquisa/Estudo - "Quanto ao método, trata-se de uma investigação de caráter qualitativo que envolverá uma pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas, trazendo dados a respeito de psicólogos inseridos nessas instituições em Uberlândia/MG".

(B) Tamanho da amostra – 5 participantes; pesquisa qualitativa. "Os participantes do estudo serão profissionais já formados em Psicologia, que atuam em instituições não-governamentais e sem fins lucrativos do município de Uberlândia". (...) "Por se tratar de um Trabalho de Conclusão de

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.805.101

Curso, o qual por sua natureza tem características exploratórias e alcance limitado, a entrevista será realizada com apenas cinco participantes”.

(C) Recrutamento e abordagem dos participantes – “Serão contactados por meio de indicações e divulgações em redes sociais”.

(D) Local e instrumento de coleta de dados – “A participação será por meio de entrevista individual, entendendo que é um dispositivo eficaz no alcance das informações sobre a experiência (Minayo, 2010). O instrumento será constituído por um roteiro semi-estruturado, que apresenta perguntas abertas e oferece a possibilidade de inclusão de novas questões em função do tipo de informação trazida pelo participante. Estima-se que cada entrevista terá em média 1 hora de duração.” “As entrevistas serão presenciais, realizadas no local indicado pelo participante. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas.”

(E) Metodologia de análise dos dados – “Análise temática de conteúdo.”

(F) Desfecho Primário - Não se aplica.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO – “ser maior de 18 anos, graduado em Psicologia, estar trabalhando no momento da pesquisa em uma ONG localizada em Uberlândia, manifestar interesse e formalizar o aceite em participar da pesquisa”.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO – “não participarão do estudo profissionais de outras categorias profissionais ou que não tenham disponibilidade para participar da entrevista”.

CRONOGRAMA

09/11/22 -01/12/22 Elaboração do projeto
 09/11/22- 30/11/22 Revisão bibliográfica
 17/11/22 - 15/01/23 Apreciação CEP-UFU
 01/12/22 - 06/01/23 Preparação entrevistas
 01/02/23 - 31/03/23 entrevistas; transcrição; análises iniciais
 01/03/22 - 30/04/22 Discussão dos resultados
 01/04/23 - 31/05/22 Etapa de devolutiva

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.805.101

01/05/23 - 30/06/23 Produção final da pesquisa

01/06/23 - 31/07/23 Revisão da pesquisa

01/07/23 - 31/07/23 Relatório final

ORÇAMENTO – O projeto apresenta financiamento próprio no valor de R\$ 125,00.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO – “conhecer o trabalho realizado por psicólogos que atuam em ONGS de Uberlândia”.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS – “Compreender: a. quais são suas funções e atribuições dentro da Instituição e se há atividades que são específicas desse profissional; b. quais são as demandas mais comuns que recebe, as intervenções que realiza e como compreende seu papel profissional nesse contexto; c. quais são os limites e potencialidades que ele reconhece em seu trabalho nesse contexto; d. como se deu sua inserção nesse campo (terceiro setor) e nessa instituição em particular; e. como se dá a relação com outros profissionais que atuam na instituição; f. como a instituição se relaciona com outras organizações não-governamentais, instituições públicas, municipais, envolvidas no campo do bem-estar social; g. quais são suas aspirações e expectativas profissionais para o futuro”.

HIPÓTESE – Não se aplica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS – “Devemos considerar os riscos que envolvem a participação nessa pesquisa, que, na presente formulação, se limitam apenas à possibilidade, ainda que reduzida, de identificação do participante. Para minimizar esse risco, será garantida a não-identificação nominal no banco de dados e também posterior, no relatório de pesquisa, reafirmando a importância da confidencialidade durante e após a etapa de construção dos dados. Além disso, será garantido o sigilo das informações obtidas, as quais comporão apenas o relatório e eventuais publicações futuras, sendo tratadas de forma coletiva e não individualizando os respondentes. Também será reiterada a possibilidade de o entrevistado interromper sua participação em qualquer tempo, sem que haja dano ou prejuízos a pesquisa e a si mesmo, mencionando também que não haverá interferência da pesquisadora nos procedimentos habituais do local de trabalho do participante.”

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.805.101

BENEFÍCIOS – “Considerados os riscos e medidas minimizadoras, os benefícios para os participantes da pesquisa envolvem dar visibilidade à temática da atuação do psicólogo no Terceiro Setor e contribuir com o repertório ainda limitado de análises da Psicologia sobre a atuação profissional nesse contexto. Acredita-se também que haverá benefícios para os participantes, no sentido de poderem pensar sobre as experiências relatadas no contexto da pesquisa, ampliando sua compreensão sobre essas, além de poderem acessar posteriormente os resultados da pesquisa, através de uma devolutiva a ser realizada pela pesquisadora.”

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Após a análise do CEP/UFU não foram encontradas pendências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos obrigatórios foram anexados adequadamente, conforme lista abaixo.

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise do CEP/UFU não foram observados óbices éticos nos documentos do estudo.

De acordo com as atribuições definidas nas Resoluções CNS nº 466/12, CNS nº 510/16 e suas complementares, o CEP/UFU manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa.

Prazo para a entrega do Relatório Final ao CEP/UFU: AGOSTO/2023*.

* Tolerância máxima de 01 mês para o atraso na entrega do relatório final.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DE PESQUISA DEVE SER INFORMADA, IMEDIATAMENTE, AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE ÉTICA.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.805.101

O CEP/UFU alerta que:

- a) Segundo as Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16, o pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- b) O CEP/UFU poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto;
- c) A aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento às Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16 e suas complementares, não implicando na qualidade científica da pesquisa.

ORIENTAÇÕES AO PESQUISADOR:

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização e sem prejuízo (Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado pelo CEP/UFU e descontinuar o estudo após a análise, pelo CEP que aprovou o protocolo (Resolução CNS nº 466/12), das razões e dos motivos para a descontinuidade, aguardando a emissão do parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Resolução CNS nº 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.805.101

imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro); e enviar a notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) apresentando o seu posicionamento.

- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, destacando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. No caso de projetos do Grupo I ou II, apresentados à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador também deve informá-la, enviando o parecer aprobatório do CEP, para ser anexado ao protocolo inicial (Resolução nº 251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2047267.pdf	17/11/2022 20:52:42		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo.docx	17/11/2022 20:33:03	IZABELA AGUIAR CARVALHO	Aceito
Outros	Instrumento.docx	17/11/2022 20:31:37	IZABELA AGUIAR CARVALHO	Aceito
Outros	Lattes.docx	17/11/2022 20:27:39	IZABELA AGUIAR CARVALHO	Aceito
Outros	Compromisso.pdf	17/11/2022 20:27:11	IZABELA AGUIAR CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	17/11/2022 20:26:26	IZABELA AGUIAR CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	16/11/2022 17:15:20	IZABELA AGUIAR CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.805.101

UBERLÂNDIA, 09 de Dezembro de 2022

Assinado por:
ALEANDRA DA SILVA FIGUEIRA SAMPAIO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br